



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REVISÃO DE VÉSPERA



UNIRIO

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Seja muito bem-vindo!

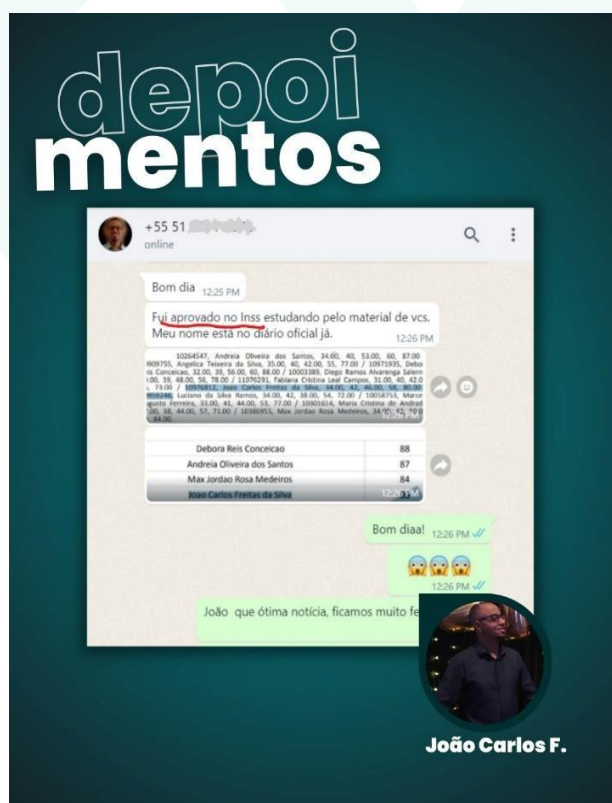
Olá, futuro aprovado no concurso para o do **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO!**

Você acaba de baixar a **amostra** de **Revisão de Véspera** para o concurso do UNIRIO.

A **Revisão de Véspera** foi pensada para te entregar exatamente o que importa para você na reta final da sua prova. Ele reúne os principais pontos do conteúdo, com base em uma análise estatística dos temas com maior probabilidade de cobrança na sua prova.

Tudo isso para que você estude de forma assertiva, objetiva e estratégica, focando no que realmente pode te garantir pontos.

Mas antes veja só o depoimento de um dos nossos alunos que foi aprovado recentemente no tão disputado concurso do INSS:



Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte: suporte@cadernomapeado.com.br e [WhatsApp](#).

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

Bons Estudos!

Rumo à aprovação!!

CM

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação e texto

1) Considerações Iniciais

A **compreensão** de um texto é a decodificação da mensagem apresentada, ou seja, é a análise **objetiva** do que está no **explícito** no texto. O contexto em que um texto é produzido pode influenciar significativamente a interpretação. Entender o contexto ajuda a captar melhor a intenção do autor.

2) Interpretação Textual

A **interpretação** de textos compreende a capacidade de chegar a determinadas **conclusões**, por meio da conexão de ideias, após realizar a leitura de algum tipo de texto (visual, auditivo, escrito, oral), de forma a ir **além do texto** propriamente dito. Neste sentido, a interpretação de texto é algo **subjetivo** e que pode variar de leitor para leitor.

A interpretação de texto é uma habilidade essencial para diversos concursos públicos, pois muitas vezes as questões envolvem a compreensão e análise de informações presentes em textos. Vamos te proporcionar algumas **dicas de leitura** importantes para você conseguir identificar e garantir a resposta correta:

Leitura e Identificação do Tema Central

Atenção a Palavras-Chave, palavras repetidas, sinônimos, hiperônimos (palavras que possuem sentido amplo, geral)

Pronomes - circule e aponte o termo referente

Faça o resumo do texto

2.1) Semântica

A **semântica** é um campo de estudo da linguística que se ocupa do **significado** das palavras, frases, expressões e textos. Ela explora como as palavras e as estruturas linguísticas transmitem significado, tanto individualmente quanto em contextos mais amplos.

No âmbito da semântica, existem **conceitos** que estabelecem conexões entre a utilização e a estrutura do significado em **contextos específicos**, além de abordar alguns **fenômenos gramaticais** relacionados ao significado na linguagem. Vamos aprofundar nosso entendimento desses conceitos a seguir:

→ **Sinonímia**: refere-se à relação entre palavras que têm significados semelhantes ou idênticos.

🔍 Ex.: Casa e lar são sinônimos, pois ambos representam o mesmo conceito de residência.

→ **Antonímia**: envolve a relação entre palavras que têm significados opostos.

🔍 Ex.: Rápido e lento são antônimos, já que expressam conceitos contrários de velocidade.

→ **Hiponímia**: ocorre quando uma palavra representa um conceito mais específico em relação a outra.

🔍 Ex.: Rosa é um hipônimo de flor, pois se refere a uma categoria mais específica dentro do grupo mais amplo.

→ **Hiperonímia**: refere-se à relação entre uma palavra mais abrangente e outra mais específica.

🔍 Ex.: Animal é um hiperônimo de cachorro, pois abrange uma categoria mais ampla que inclui várias espécies.

→ **Paronímia**: envolve palavras que têm grafias ou pronúncias semelhantes, mas significados diferentes.

🔍 Ex.: Emigrar e Imigrar são parônimos, embora tenham significados opostos; o primeiro refere-se a sair de um país, enquanto o segundo refere-se a entrar em um país.

→ **Polissemia**: ocorre quando uma palavra possui múltiplos significados relacionados.

🔍 Ex.: A palavra boca pode referir-se à abertura na face humana, à entrada de um rio ou a uma abertura em várias estruturas.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ **Homonímia:** envolve palavras que têm a mesma forma, mas significados distintos.

🔍 Ex.: Banco pode significar um assento ou uma instituição financeira, dependendo do contexto.

2.1.1) Conotação e Denotação

As palavras e os discursos podem ter sentidos **conotativos** ou **denotativos**. A **conotação** diz respeito às associações emocionais, subjetivas ou culturais que uma palavra carrega, além do seu significado literal. Envolve as sugestões, sentimentos ou nuances.

🔍 Ex.: A palavra casa pode denotar uma estrutura de moradia, mas sua conotação pode variar, incluindo sentimentos de conforto, segurança ou nostalgia.

Já a **denotação** refere-se ao significado literal, objetivo e preciso de uma palavra, expressão ou símbolo. É a interpretação mais direta e factual do termo.

🔍 Ex.: Na frase "O gato está dormindo no sofá", a palavra gato denota o animal doméstico felino.

2.1.2) Ambiguidade

A **ambiguidade** ocorre quando uma expressão, palavra, frase ou estrutura gramatical possui **mais de uma interpretação possível**, tornando o significado incerto ou confuso.

🔍 Ex.: Ele viu o homem com o binóculo – a interpretação poderá ser feita de duas formas distintas: Ele viu o homem com o binóculo.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Regra de três simples e compostas

1) Introdução

Vamos iniciar os estudos sobre:

Regra de três simples e compostas.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

A **regra de três simples** é uma das ferramentas mais práticas e cobradas em concursos públicos, especialmente em provas que envolvem **Matemática Básica e Raciocínio Lógico**, como é o caso da **banca**. Sua principal função é permitir ao candidato resolver **problemas envolvendo duas grandezas diretamente ou inversamente proporcionais**.

Esse tema aparece frequentemente em questões relacionadas a:

- ✓ Velocidade e tempo;
- ✓ Produção e operários;
- ✓ Custo e quantidade;
- ✓ Consumo de combustível;
- ✓ Escalas, entre outros.

A vantagem da regra de três é sua **versatilidade**. Com ela, é possível encontrar um valor desconhecido a partir da relação entre três valores conhecidos. Mas atenção: aplicar essa técnica exige **interpretação correta do enunciado** e a **identificação do tipo de proporcionalidade** entre as grandezas envolvidas (direta ou inversa).

Ao longo das próximas páginas, você aprenderá a **montar e resolver uma regra de três simples com segurança**, evitar os erros mais comuns e aplicar o raciocínio com lógica e estratégia — exatamente como é exigido nas provas dessa banca.

A regra de **três simples** é uma técnica matemática usada para encontrar um valor desconhecido a partir de três valores conhecidos, geralmente expressos em proporções. É muito útil para resolver problemas envolvendo proporções, seja em situações cotidianas, financeiras, de engenharia ou outras áreas.

2) Conceitos fundamentais da regra de três simples

A **regra de três simples** é usada para resolver problemas envolvendo **duas grandezas relacionadas**, sendo uma delas desconhecida. A ideia central é: **se três valores são conhecidos e há proporcionalidade entre as grandezas, é possível encontrar o quarto valor por meio de uma proporção**.

2.1) Passo a passo para aplicar a regra de três simples

Leia o problema com atenção e identifique as duas grandezas envolvidas;

Organize os dados em forma de tabela vertical ou horizontal;

Determine o tipo de relação: direta ou inversa;

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Monte a proporção;

Resolva a equação por multiplicação cruzada (produto dos meios igual ao produto dos extremos).

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

1) Fundamentos da república

Os fundamentos da República Federativa do Brasil são estabelecidos no **artigo 1º da CF**. São eles:

Mnemônico:

SOCIDIVAPLU (soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político)

A **soberania** refere-se à capacidade do Estado de exercer sua autoridade e independência sobre seu território, sem interferências externas.

Já a **cidadania** é um direito fundamental que confere aos indivíduos a possibilidade de participar ativamente da vida política e social do país.

A **dignidade da pessoa humana** é um valor fundamental que deve ser respeitado em todas as esferas da vida em sociedade, desde as relações interpessoais até a atuação do Estado. Conforme o **STF**, a dignidade da pessoa humana é **princípio supremo**, "significativo vetor interpretativo, verdadeiro valor-fonte que conforma e inspira todo o ordenamento constitucional vigente em nosso País e que traduz, de modo expressivo, um dos fundamentos em que se assenta, entre nós, a ordem republicana e democrática consagrada pelo sistema de direito constitucional positivo".¹

Os **valores sociais do trabalho e da livre iniciativa** buscam garantir o desenvolvimento econômico e social do país, com a valorização do trabalho humano e o estímulo à livre concorrência.

¹ STF, HC 85.237, Rel. Min. Celso de Mello, j. 17.03.05, DJ de 29.04.05.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

O **pluralismo político**, por sua vez, é um princípio que defende a liberdade de expressão e a pluralidade de ideias e visões de mundo.



2.2) Objetivos da república

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 3º, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Esses objetivos refletem a **ideologia política e social adotada pela Constituição** e **orientam as ações do Estado** na busca de uma sociedade mais justa, livre e solidária. Neste tópico, será abordado especificamente o tema dos objetivos da República, destacando sua importância do tema para as suas provas.

Os **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil são:

Mnemônico:

CONGA ERRA REDU PRO

Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Garantir o desenvolvimento nacional;

Erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir** as desigualdades sociais e regionais;

Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ A **construção de uma sociedade livre, justa e solidária** exige que o Estado brasileiro promova o desenvolvimento nacional. Isso significa que o país deve buscar o crescimento econômico, sem, no entanto, desconsiderar a importância do desenvolvimento social e da preservação do meio ambiente. Além disso, é fundamental garantir que os benefícios desse desenvolvimento sejam distribuídos de forma justa entre todos os cidadãos, de modo a reduzir as desigualdades sociais e regionais.

→ A **garantia do desenvolvimento nacional** implica na necessidade de se buscar a autonomia política, econômica e tecnológica do país, evitando a dependência externa e promovendo a cooperação entre as nações. Para tanto, é importante a promoção do comércio justo e do intercâmbio cultural, bem como a participação ativa em organismos internacionais.

→ A **erradicação da pobreza e da marginalização** é um dos objetivos mais relevantes, visto que o Brasil ainda enfrenta graves problemas sociais, como a desigualdade de renda e o alto índice de violência. Dessa forma, esse objetivo enfatiza a necessidade de combater a pobreza e a exclusão social

→ A **redução das desigualdades sociais e regionais**, por sua vez, objetiva corrigir as disparidades existentes entre as diversas regiões do país e promover uma distribuição mais equitativa das riquezas, promovendo políticas públicas que reduzam as desigualdades e promovam a inclusão social e econômica.

→ Já a **promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação**, reflete a preocupação da Constituição com a proteção dos direitos fundamentais e a promoção da igualdade. Isso significa que o Estado deve agir para garantir o acesso de todos os cidadãos a serviços essenciais, como saúde, educação, segurança e moradia, sem qualquer forma de discriminação. Dessa forma, busca-se garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos, combatendo todas as formas de discriminação e promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Portanto, é importante ressaltar que os objetivos da República devem ser **interpretados e aplicados em conjunto com os demais princípios** e normas da Constituição, garantindo a sua efetividade e coerência com o sistema jurídico como um todo.

COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO DE DOCUMENTOS

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1) Introdução

Vamos iniciar os estudos sobre:

1 – Conceitos Fundamentais: conceito; princípios; funções arquivísticas.

2) Conceito

A Arquivologia, também conhecida como Ciência Arquivística ou Arquivística, é uma disciplina que se dedica ao **estudo, organização, preservação e acesso aos documentos** arquivísticos ao longo do seu ciclo de vida. Ela abrange princípios, métodos e técnicas que visam garantir a eficácia e eficiência na gestão dos arquivos, bem como a utilização adequada e a preservação dos registros documentais.

A arquivologia é uma área de **conhecimento interdisciplinar**, que se relaciona com outras disciplinas, como a História, a Biblioteconomia, a Ciência da Informação, a Museologia, entre outras. Ela tem como objetivo principal proporcionar o acesso à informação arquivística de forma organizada, segura e eficiente, promovendo a transparência, a accountability e a preservação da memória coletiva.

3) Princípios

A arquivologia utiliza uma série de princípios e técnicas para alcançar seus objetivos. Alguns dos princípios mais importantes incluem:

→ **Princípio da proveniência:** Também conhecido como princípio do respeito aos fundos, esse princípio estabelece que os documentos devem ser mantidos organizados de acordo com a entidade ou pessoa que os produziu ou recebeu. Isso significa que os documentos de uma mesma origem devem ser mantidos juntos, preservando sua relação e contexto.

→ **Princípio da ordem original:** Esse princípio preconiza que os documentos devem ser mantidos em sua estrutura e arranjo originais, preservando sua integridade. Isso inclui manter a sequência em que foram criados, bem como a estruturação interna dos documentos, como pastas, dossiês ou caixas.

→ **Princípio da organicidade:** Esse princípio está relacionado à manutenção da integridade dos conjuntos documentais. Ele estabelece que os documentos devem ser mantidos como partes de um todo orgânico, ou seja, como parte de um conjunto de documentos que documentam as atividades de uma instituição ou pessoa. Isso permite que a informação seja compreendida em seu contexto original.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

→ **Princípio da unicidade:** Cada documento é tratado como único e valioso, preservando sua individualidade e importância histórica ou administrativa. Esse princípio reconhece que cada documento tem características e conteúdos únicos que devem ser preservados e acessíveis.

→ **Princípio da pertinência:** Esse princípio enfatiza a importância de selecionar e preservar apenas os documentos relevantes para as atividades da instituição ou para a memória coletiva. Ele busca evitar a acumulação excessiva de documentos desnecessários, direcionando os esforços para a preservação daqueles que possuem valor arquivístico.

→ **Princípio da primariedade:** Esse princípio estabelece que os documentos devem ser mantidos o mais próximo possível de sua origem ou local de produção. Isso facilita a sua gestão, preservação e acesso, garantindo que as informações sejam mantidas em sua forma mais autêntica e confiável.

Além desses princípios, a arquivologia também se utiliza de técnicas de descrição arquivística, como a elaboração de instrumentos de pesquisa (inventários, catálogos, guias, entre outros) para facilitar a identificação e o acesso aos documentos.

4) Funções Arquivísticas

As **funções arquivísticas** são atividades ou responsabilidades relacionadas à **gestão, organização e preservação de arquivos** em uma organização ou instituição. Eles são fundamentais para garantir que os documentos e registros sejam tratados de forma adequada ao longo do seu ciclo de vida, desde a sua criação até a sua eventual disposição ou arquivamento permanente. Abaixo veremos as sete funções arquivísticas.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS, PATRIMONIAIS E LOGÍSTICA

CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAIS

1) Introdução

Fala, futuro aprovado!

Chegou a hora de estudarmos um tema muito importante do seu edital:

Classificação de materiais.

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

No âmbito da Administração Pública, o controle eficiente dos materiais utilizados no dia a dia de órgãos e entidades **é essencial para garantir a continuidade dos serviços prestados à sociedade**. Desde papéis e equipamentos de informática até medicamentos e ferramentas especializadas, todos esses itens precisam ser devidamente organizados e registrados para evitar desperdícios, compras duplicadas ou desnecessárias, extravios e até mesmo prejuízos ao erário.

Nesse contexto, a classificação de materiais surge como uma **ferramenta indispensável** para a gestão logística e patrimonial. Trata-se de um processo técnico que tem por finalidade agrupar os materiais com base em características comuns, a fim de facilitar sua identificação, codificação, armazenamento, controle, movimentação e reposição.

Além de otimizar o funcionamento dos almoxarifados e centros de distribuição, uma boa classificação permite maior eficiência nos processos de compras, **melhora o planejamento orçamentário**, e contribui diretamente para o cumprimento dos princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e publicidade. Isso porque, ao saber exatamente o que se tem em estoque, o gestor evita aquisições desnecessárias, reduz perdas por vencimento ou obsolescência, e consegue gerar relatórios mais precisos para tomada de decisão e auditorias.

Vale ressaltar que essa temática costuma aparecer com frequência em concursos públicos, principalmente em provas voltadas para cargos administrativos e de apoio técnico-operacional. As bancas costumam cobrar do candidato a compreensão conceitual e prática sobre como os materiais podem ser classificados, segundo diferentes critérios adotados na gestão pública.

Portanto, dominar os tipos de classificação de materiais não é apenas um requisito técnico, mas uma **competência estratégica para quem pretende atuar na administração pública com responsabilidade**, organização e foco em resultados. A seguir, abordaremos os principais critérios utilizados para essa classificação, com exemplos práticos e linguagem acessível.

2) Tipos de classificação

A classificação de materiais é uma **etapa estratégica** para o bom funcionamento da gestão pública, pois organiza os itens de forma padronizada e facilita desde o cadastro até o controle físico e contábil dos estoques. **Classificar corretamente significa permitir que o órgão público trabalhe com mais eficiência**, evitando desperdícios, promovendo compras inteligentes e assegurando a rastreabilidade dos bens. A seguir, você vai conhecer os principais critérios de classificação utilizados na prática administrativa.

2.1) Quanto à natureza ou composição

Esse critério separa os materiais conforme sua constituição e o comportamento que apresentam com o uso. É aqui que distinguimos, por exemplo, os **materiais de consumo** — que se esgotam com o

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

uso, como papel, sabonete ou álcool — dos materiais permanentes, que são bens duráveis e com vida útil superior a dois anos, como computadores, cadeiras ou armários, devendo ser registrados no patrimônio do órgão. Também entram aqui **os materiais perecíveis**, como alimentos e medicamentos, que têm prazo de validade curto, exigindo atenção redobrada no armazenamento, e os materiais inservíveis, que são aqueles danificados ou obsoletos e que perderam completamente sua utilidade para o órgão público.

2.2) Quanto à forma de apresentação

Neste critério, os materiais são classificados **com base em seu estado físico**, o que impacta diretamente na forma como serão armazenados, transportados e manuseados. Um material pode ser sólido, como blocos de papel e tijolos; líquido, como tintas e detergentes; gasoso, como o oxigênio medicinal armazenado em cilindros; ou ainda granulado ou em pó, como o sabão em pó ou o cimento. Essa classificação é essencial para **garantir segurança e organização** nos espaços de armazenamento, além de facilitar o planejamento logístico do órgão.

2.3) Quanto à aplicação ou uso

Esse é um dos critérios mais usados nos sistemas de compras e controle de estoques da administração pública, pois **agrupa os materiais conforme sua função**. Materiais de expediente, por exemplo, incluem papel, caneta, envelopes e pastas; os de limpeza abrangem sabão, vassoura, desinfetante; os médico-hospitalares envolvem seringas, luvas e termômetros; os de construção incluem cimento, tijolos e tintas; e os de informática reúnem cabos, teclados e mouses. Essa classificação **facilita tanto o planejamento** das aquisições como a distribuição dos itens entre os setores da organização.

LEGISLAÇÃO PÚBLICA APLICADA

LICITAÇÃO

1) Introdução

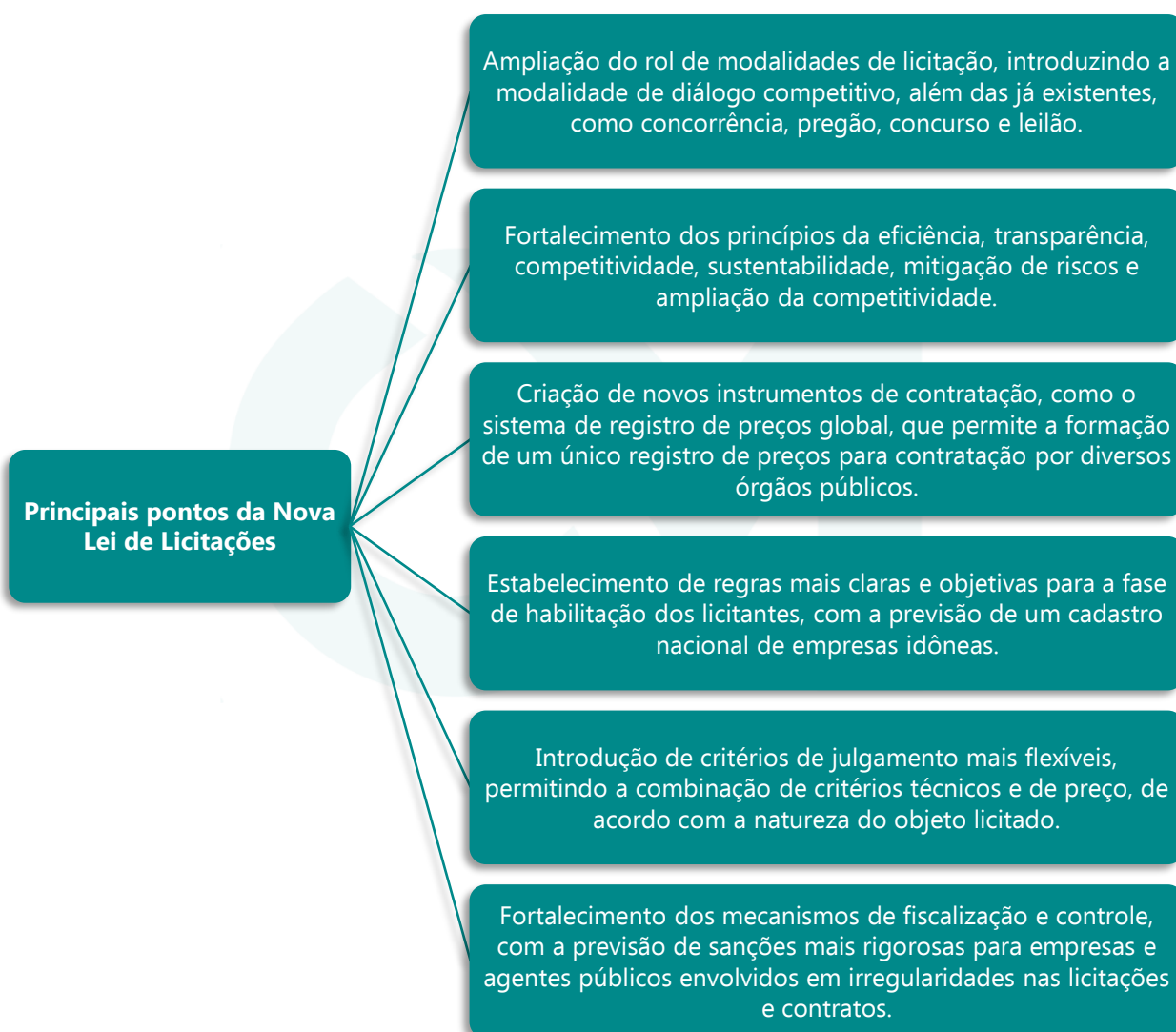
Seguiremos os estudos sobre a parte de licitações:

Licitação e contratos administrativos (Lei nº 14.1333/2021).

2) Considerações Iniciais

A **Lei de Licitações**, também conhecida como **Lei nº 14.133/2021**, foi sancionada em abril de 2021 e entrou em vigor em abril de 2023, revogando a antiga Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e parte da Lei do Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011).

Essa legislação busca **modernizar** e **aprimorar** o sistema de contratações públicas no Brasil, introduzindo diversas inovações e atualizações em relação às normas anteriores. Alguns dos principais pontos da nova Lei de Licitações incluem:



3) Aspectos Iniciais da Norma

A Lei 14.133, também conhecida como "nova Lei de Licitações e Contratos" (NLLC ou NLL), estabelece normas que são **obrigatórias** para todas as esferas de governo (União, Estados/DF e Municípios), pois é considerada uma **norma geral de aplicação nacional**.

Apesar disso, a existência dessa Lei não impede que Estados, Municípios e o Distrito Federal legislem sobre questões específicas relacionadas a licitações, mesmo sem uma autorização expressa da União. No entanto, é importante ressaltar que as regras específicas estabelecidas por esses entes subnacionais não devem entrar em conflito com as regras gerais estabelecidas pela União.

3.1) Conceito e Natureza Jurídica

O conceito de **licitação** refere-se ao procedimento administrativo utilizado pela administração pública para **contratar** obras, serviços, compras e alienações, visando garantir a igualdade de oportunidades entre os interessados em contratar com o poder público e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Quanto à **natureza jurídica**, a licitação é um instituto do direito administrativo, sendo um procedimento que possui **natureza pública**, uma vez que está vinculado à atuação estatal na contratação de bens e serviços. Ela é regida por normas e princípios específicos estabelecidos pela legislação vigente, visando assegurar a legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência e economicidade nos processos de contratação pública.

3.1.1) Alcance da Lei de Licitações

A Lei de Licitações, instituída pela **Lei nº 14.133/2021**, possui um alcance amplo e abrange diversas esferas da administração pública, estabelecendo normas gerais aplicáveis a todos os entes federativos do Brasil: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Isso significa que suas disposições se estendem a órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, bem como às empresas estatais dependentes e às entidades privadas que recebam recursos públicos para a realização de obras, serviços ou fornecimento de bens.

Alcance a Lei de Licitações	Não alcança a Lei de Licitações
Administração direta – inclusive Legislativo e Judiciário (quando estão no exercício da função administrativa)	Estatais – as regras estão descritas na Lei 13.303/16
Autarquias	Repartições no exterior – regulamento próprio
Fundações públicas	Contratações que envolvem recursos estrangeiros – podem ter regras próprias

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)

Fundos especiais	Reservas internacionais – ato normativo do Bacen
Entidades controladas	

Além disso, a nova lei se aplica nas contratações realizadas sobre a contratação de alguns objetos específicos, bem como possibilidade de aplicação subsidiária, as quais fizemos o seguinte quadro esquematizado para que você consiga fixar o tema e não fazer confusão na prova!

A nova lei se aplica	compra (inclusive por encomenda) prestação de serviços (inclusive os técnico-profissionais especializados) obras e serviços de arquitetura e engenharia contratações de tecnologia da informação e de comunicação (TIC) alienação de bens locação concessão e permissão de uso de bens públicos concessão de direito real de uso de bens
Não se aplica	operações de crédito e gestão da dívida pública Contratações sujeitas à legislação própria
Aplica-se de forma subsidiária	licitações para serviços de publicidade (Lei 12.232/2010) licitações p/ concessão de serviço público (Leis 8.987/95 e 11.079/04)

Portanto, a nova lei se aplica a todas as contratações realizadas pela administração pública, sejam elas para aquisição de bens, serviços ou obras, independentemente do valor do contrato. Além disso, também abrange os processos de licenciamento e concessões, entre outros instrumentos de contratação pública.

3.2) Objeto e Finalidade

O **objeto** da licitação se refere ao que será contratado pela administração pública, ou seja, o **bem**, **serviço** ou **obra** que está sendo colocada em disputa para contratação. Esse objeto deve ser claramente definido no **edital de licitação**, de forma a especificar as características, quantidades e demais detalhes relevantes para que os interessados possam apresentar suas propostas de forma adequada.

Já a **finalidade** da licitação é garantir a seleção da **proposta mais vantajosa** para a administração pública, levando em consideração não apenas o preço, mas também outros critérios estabelecidos no edital, como qualidade, prazo de entrega, capacidade técnica, entre outros. Além disso, a licitação busca promover a competitividade entre os interessados, assegurando a igualdade de oportunidades e a transparência nos processos de contratação pública. Em suma, a finalidade da licitação é assegurar uma **gestão eficiente e responsável dos recursos públicos**, buscando sempre o interesse público.

3.3) Definições Importantes da Lei de Licitações

O artigo 6º da nova lei de licitações contém uma lista de 60 definições importantes que podem ser abordadas nas provas. Dentro desse conjunto, vamos dar ênfase especial às definições relacionadas aos objetos das licitações, aos principais projetos envolvidos em uma contratação e aos agentes públicos que participam do processo licitatório. Compreender esses conceitos será fundamental para o estudo das diferentes modalidades de licitação.

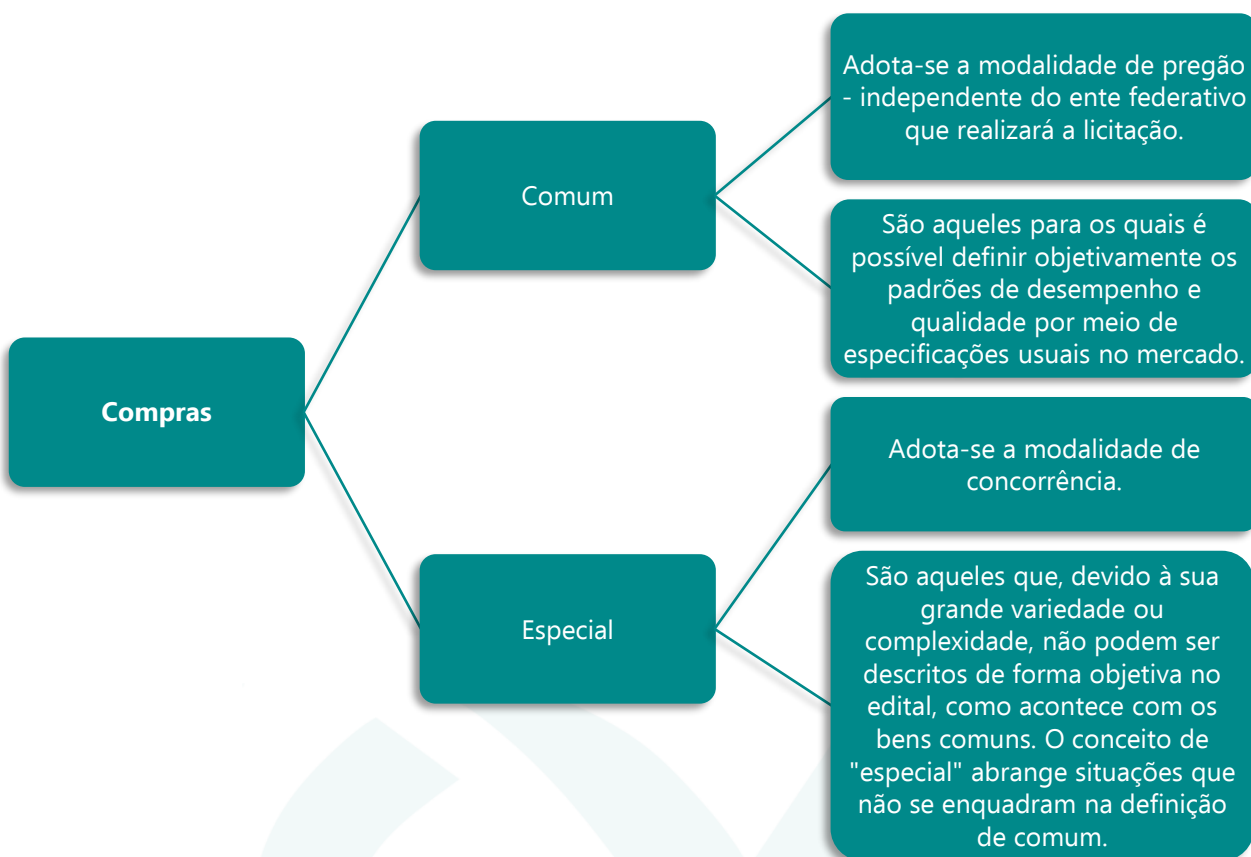
3.3.1) Objetos de uma Licitação

A nova Lei de Licitações especifica que os objetos da licitação podem incluir várias atividades, como, compras; alienação de bens; serviços; obras; locações; concessões e permissões. Agora, vamos fornecer algumas informações adicionais sobre esses objetos da licitação para ajudar a entender melhor o assunto.

→ **Compras**: Através dos contratos de compras, também conhecidos como **contratos de fornecimento**, a Administração Pública adquire os bens móveis que são necessários para suas operações. Esses bens podem ser entregues de uma vez só ou em várias etapas, conforme a necessidade.

É crucial distinguir entre compras **comuns** e **especiais**, pois isso influencia a decisão de adotar ou não a modalidade de pregão:

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



Além disso, veja que a **compra imediata** possui o prazo de entrega de **até 30 dias** da ordem de fornecimento do produto.

Parabéns por ter chegado até aqui.


Futuro(a) aprovado no **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**: saiba que nosso material que é direto ao ponto, irá facilitar sua revisão e ajudar e muitooooo o seu estudo!

Não perca essa oportunidade de ter acesso a esse material completo.

Faça sua parte nos estudos e estude de forma estratégica para esse certame, pois isso aumentará muito as suas chances de ser aprovado.

[Clique aqui para ter acesso ao material completo](#)

[Clique aqui para conhecer o material completo](#)



O estudo é a jornada que **transforma esforço em conhecimento e sonhos em realizações.**

Persista, pois cada página virada é um passo mais próximo do seu sucesso!

CM Cursos Online

Bora para cima!